



**LISBOA
SCHOOL OF
ECONOMICS &
MANAGEMENT**

**MESTRADO EM
ECONOMIA**

**TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO**

**A CRISE DAS IDEIAS ECONÓMICAS
UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA**

GONÇALO SIMÕES MARÇAL

OUTUBRO – 2014



**LISBOA
SCHOOL OF
ECONOMICS &
MANAGEMENT**

**MESTRADO EM
ECONOMIA**

**TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO**

**A CRISE DAS IDEIAS ECONÓMICAS
UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA**

GONÇALO SIMÕES MARÇAL

ORIENTADOR:

PROF. DOUTOR CARLOS BASTIEN

OUTUBRO – 2014

RESUMO

Este trabalho propõe-se analisar a presente crise das ideias económicas a partir de uma perspectiva histórica. Para o efeito, proceder-se-á ao levantamento de algumas crises das ideias económicas ocorridas no passado, bem como a um resumo alargado dos factores que estão na origem da presente crise. A análise centra-se na dimensão teórica das crises em estudo e na sua resolução.

Com o intuito de comparar as diferentes crises analisadas, procuraremos identificar mecanismos comuns à evolução das mesmas, bem como avaliar o estado de evolução da presente crise. Além disso, procuraremos determinar, de modo global, qual o papel desempenhado pelas crises das ideias económicas na evolução do conhecimento teórico-económico.

ABSTRACT

The purpose of the present work is to evaluate the current crisis of economic ideas from a historical standpoint. To that end, we will offer a brief survey of a few major crises of economic ideas occurred in the past, as well as an analysis of the different factors responsible for the present crisis. We will focus on the theoretical dimension of the crises and their solutions.

Aiming to compare the different crises under analysis, we will try to identify mechanisms shared by all of them, and thereby to assess the current state of evolution of the present crisis. Moreover, on a larger scale, we will try to determine the role played by the crises of economic ideas within the evolution of theoretical knowledge.

Palavras-chave: Crise, Ideias Económicas, Teoria Económica.

Keywords: Crisis, Economic Ideas, Economic Theory.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	1
1.1. Objecto de estudo e relevância do tema.....	1
1.2. Estado da investigação.....	2
2. A NOÇÃO DE CRISE DAS IDEIAS ECONÓMICAS E A CRISE ACTUAL	2
2.1. Os campos das ideias económicas.....	2
2.2. A noção de crise das ideias económicas.....	4
2.3. Metodologia	5
3. CRISES ANTERIORES DAS IDEIAS ECONÓMICAS.....	7
3.1. A crise de 1848	7
3.2. A crise dos anos 1930.....	10
3.3. A crise dos anos 1970.....	13
4. A CRISE ECONÓMICA E AS IDEIAS ECONÓMICAS CONTEMPORÂNEAS	17
4.1. A crise económica actual	17
4.2. As principais escolas de pensamento na Macroeconomia no período de crise.....	20
5. A CRISE TEÓRICA DO PARADIGMA DOMINANTE	26
5.1. A reorientação metodológica e programática	28
5.2. A reorganização disciplinar.....	32
5.3. A situação actual da crise das ideias económicas	33
6. OS MECANISMOS COMUNS DAS CRISES	33
6.1. As recorrências nos períodos de crise	33
6.2. Os factores externos e os factores internos.....	34
7. CONCLUSÃO	36
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	37
9. ANEXOS	41

“The global financial crisis is not only a financial crisis. It is generating a crisis in political ideology and a crisis in economic theory. Certainly, the crisis has also dealt a fatal blow to the strong versions of the “efficient market” hypothesis. Its consequences go beyond mechanical responses to unemployment and falling output. Whether these debates will have an impact on academia remains to be seen.”

Lavoie, 2011: 2

1. INTRODUÇÃO

1.1. Objecto de estudo e relevância do tema

No período que medeia entre crise de 2007-8 e a actualidade, constata-se uma forte perturbação das ideias económicas dominantes. Esta perturbação é percebida sobretudo ao tentar-se compreender por que razão a ciência económica não permitiu prever a crise e até, inclusivamente, se não terá em algum modo contribuído para o seu aprofundar.

Este momento de crise não é inédito, já que no passado ocorreram momentos semelhantes na história da teoria económica. Este estudo pretende efectuar uma comparação da presente crise das ideias económicas com crises anteriores – em particular na sua dimensão teórica. Partindo da hipótese de que essas crises obedecem a mecanismos comuns, procuraremos sintetizar os elementos recorrentes e, assim, tentar dar um contributo para uma teoria das crises das ideias económicas.

Assim, a presente dissertação procura dar respostas a questões que não têm explicação clara e consolidada na literatura corrente, designadamente, se as características particulares da presente crise na Economia replicam características de crises passadas e se existe uma natureza comum a essas crises, partilhando mecanismos similares. Para além disso, pretende-se igualmente averiguar os determinantes dessas crises (e dos seus desfechos) e o seu lugar na evolução do conhecimento teórico.

1.2. Estado da investigação

Este objecto de estudo não é inteiramente inédito. Existem já alguns trabalhos que têm como tópico o esclarecimento de uma ou mais crises das ideias económicas. Lembre-se, a título de exemplo, alguns desses estudos: Joan Robinson (1972) relaciona a crise dos anos 1930 com a crise dos anos 1970, sobretudo do ponto de vista teórico e da política económica; A. W. Coats (1977) apresenta o carácter distintivo dessa crise dos anos 1970 numa perspectiva histórica; Daniel Bell e Irving Kristol (1981), ainda acerca da crise dos anos 1970, apresentam estudos realizados por representantes das várias correntes teóricas da época, bem como perspectivas históricas acerca de parte do caminho percorrido pela Economia e algumas projecções futuras da disciplina; Carlos Bastien (2011), centrando-se sobre a crise de 1848, apresenta-nos um estudo acerca da crise teórica e a sua posterior evolução e sintetiza, ao mesmo tempo, os contributos das várias correntes teóricas da época; por último, James K. Galbraith (2013), seguindo a perspectiva histórica de Robinson (1972), considera a crise actual na sua dimensão económica e teórica.

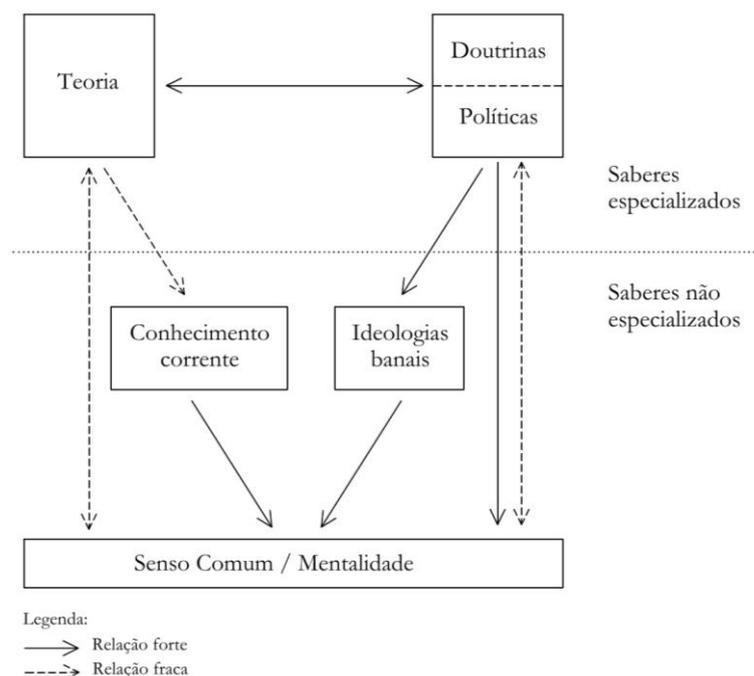
Em qualquer caso, não é do nosso conhecimento um estudo que tenha procurado estabelecer uma perspectiva histórica e comparativa da presente crise das ideias económicas.

2. A NOÇÃO DE CRISE DAS IDEIAS ECONÓMICAS E A CRISE ACTUAL

2.1. Os campos das ideias económicas

Tomamos o campo das ideias económicas conforme a Figura 1, que esquematiza os campos em que se expressam as ideias económicas e as relações que se estabelecem entre eles:

Figura 1 – Campos das Ideias Económicas¹



Este diagrama mostra a interligação entre os campos através dos fluxos de ideias entre os mesmos². Como notou Rosier, por exemplo, a propósito da relação entre a teoria e a política económica: “(...) qualquer teoria tende a inspirar políticas económicas e, inversamente, de uma forma consciente ou não, qualquer política económica inspira-se, na realidade, numa teoria económica” (Rosier, 2000: 12). Assim, o trabalho teórico concreto dos economistas inclui elementos que provêm de outros campos e não há uma teoria que não inclua, implícita ou explicitamente, uma doutrina ou uma política económica, e vice-versa. Esta articulação acontece, a nosso ver, devido a algo primordial que interliga os campos – uma visão integrada, entendida como um conjunto de ideias da qual emana uma visão do mundo e da sociedade, e na qual também se inclui uma concepção sobre a ciência*.

Contudo, o que acontece em cada um dos campos não é alheio ao momento histórico concreto no qual se enquadra, estando por isso dependente do ambiente global em que essas ideias foram produzidas.

¹ Este diagrama é uma adaptação daquele que consta em Bastien (1989a: 39).

² Para uma definição precisa dos conceitos de cada campo, ver Bastien (1989a).

2.2. A noção de crise das ideias económicas

O conceito de crise pressupõe um acontecimento ou um conjunto de acontecimentos que provocam uma ruptura com o funcionamento prévio de um dado sistema, originando-se um período, em princípio breve, de perturbação e indefinição, no qual se vislumbra uma transformação significativa do referido sistema ou, alternativamente, um regresso a uma normalidade semelhante à anterior³.

Numa conjuntura de crise socio-económica, as principais ideias económicas que fazem parte do sistema pré-crise podem ser colocadas em causa, instalando-se uma crise das ideias económicas.

Existe uma relação das ideias económicas com a esfera política e com os poderes sociais estabelecidos, relação essa que condiciona a possibilidade ou necessidade de alterações sistémicas. Por isto, é essencial ter em conta o contexto geral no qual a ciência existe, ou seja, a articulação das ideias económicas com o “poder que se define no interior da esfera científica e dos aparelhos institucionais que a compõem, mas também do poder à escala social global” (Bastien, 1989a: 23).

Contudo, esta relação com as dimensões exteriores ao campo das ideias económicas não será objecto de estudo aprofundado, mas somente referido enquanto factor relevante no processo evolutivo das ideias económicas. Será considerada a crise no âmbito da teoria económica, não se tomando como objecto de referência as restantes dimensões das ideias económicas: doutrina, política económica e senso comum. Também não será considerada de forma aprofundada a relação da crise teórica com os demais sub-campos das ideias económicas.

A crise das ideias económicas será tratada, pois, no âmbito da produção teórica, em articulação com a crise financeira – e depois económica – iniciada em 2007-2008. Dado que o presente trabalho se debruça sobretudo sobre a crise da ciência no âmbito da produção teórica, é necessário ter em consideração questões respeitantes à sociologia do campo científico, designadamente as regras académicas e os meios que regem a produção e a

³ Para uma breve história do conceito de crise, ver Koselleck (2006).

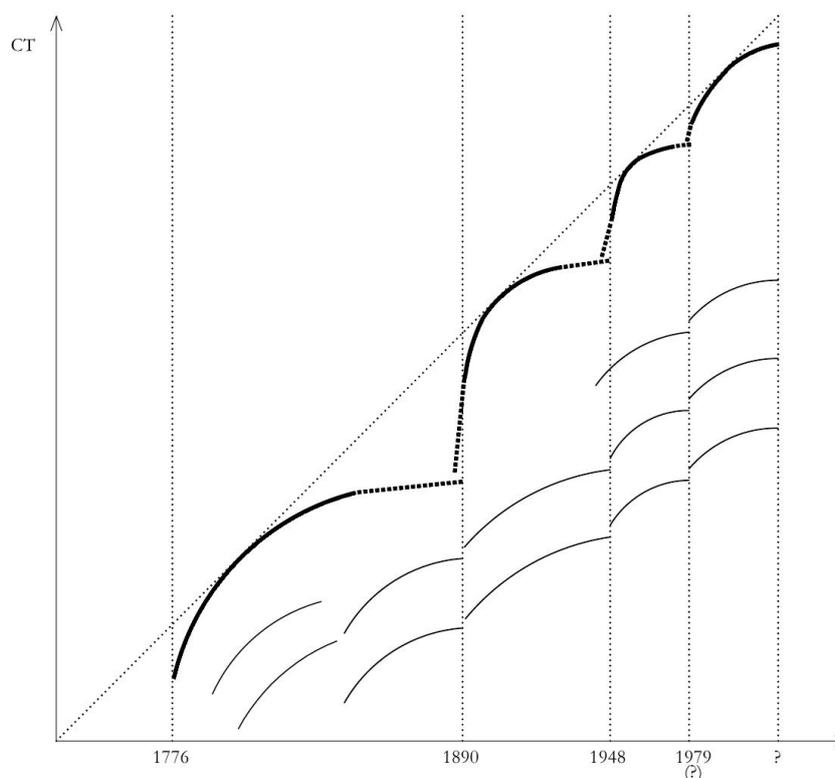
difusão dos saberes económicos – incluindo as publicações científicas, os programas e manuais de ensino e, em geral, os mecanismos de transmissão das ideias económicas.

Como já foi realçado, referir-nos-emos brevemente a algumas crises passadas das ideias económicas, de forma a evidenciar mecanismos comuns e mecanismos diversos actuantes nas várias crises.

2.3. Metodologia

Nos momentos de maior estabilidade existe uma hegemonia de um sistema teórico em relação aos demais sistemas que com ele competem, enquanto que, nos momentos de perturbação, a hegemonia teórica é posta em causa, tanto pela contradição entre a teoria e a realidade concreta com a qual se defronta, como pelas críticas provenientes dos sistemas teóricos com os quais compete⁴. Assume-se, no entanto, que a dominância de um sistema teórico não é tal que não permita a existência de um certo nível de concorrência com os restantes sistemas[†].

Figura 2 – Conhecimento Teórico⁵



⁴ Sobre o conceito de crise nas ciências sociais, ver Bastien (1989b).

⁵ Este gráfico é uma adaptação daquele que consta em Bastien (2011).

A partir da Figura 2 pretende-se evidenciar o método de análise adoptado no presente estudo. As linhas a traço forte indicam as correntes dominantes⁶; as linhas a traço fino indicam as correntes dominadas⁷; e as linhas a tracejado indicam fases de decomposição ou formação de um sistema teórico. A bissectriz indica que existe progresso na evolução do conhecimento teórico de cada corrente, embora este progresso deva ser entendido exclusivamente na evolução dos instrumentos analíticos sobre a realidade económica⁸.

Os períodos de dominância das correntes estão ordenados de acordo com as crises respeitantes a essas correntes e com os períodos de uma nova dominância. Considera-se que a dominância de um sistema teórico se dá quando os principais manuais incorporam em larga medida o seu conteúdo teórico-analítico. Nesta periodização, considerámos as crises teóricas e económicas de 1848, dos anos 1930, dos anos 1970 e a actual.

Assim, encontra-se representada no gráfico, ao longo do tempo, a dominância de quatro sistemas teóricos:

- 1776 – 1890 – Economia Clássica
- 1890 – 1948 – Economia Neoclássica
- 1948 – 1979 – Síntese Neoclássica
- 1979 – ? – Nova Síntese Neoclássica (Nova Economia Clássica e Novos Keynesianos)

⁶ Os pontos de tangência das curvas das correntes dominantes com a bissectriz não indicam uma data histórica específica, mas simplesmente a ideia de um ponto em que esse sistema teórico atinge o limite do seu método analítico.

⁷ Note-se, contudo, que as linhas a traço fino são uma representação abstracta das correntes dominadas, não representando concretamente as reais correntes minoritárias.

⁸ Neste gráfico não se representam as migrações de conceitos de um sistema teórico para outro, nem as relações sociais que geram a produção teórica.

3. CRISES ANTERIORES DAS IDEIAS ECONÓMICAS

3.1. *A crise de 1848*

A crise económica de 1848 abrangeu quase toda a Europa e estendeu-se à maior parte dos sectores da vida social (Berger e Spoerer, 2001: 293-295). O contexto em que esta surgiu pode ser traçado a partir das suas causas nas economias europeias mais avançadas. Dado o papel primordial do sector primário na actividade económica de então, o registo de uma subprodução nesse sector e o aumento dos preços que implicou conduziram a uma sobreprodução no sector industrial, gerando uma queda desses preços. A interligação destes dois acontecimentos criou uma crise económica à qual se seguiu uma crise no sector bancário, e uma posterior redução do crédito, terminando inclusivamente os movimentos especulativos relativamente às companhias ferroviárias.

Esta crise geral teve consequências sociais e políticas que constituíram novidades para a época. Ela implicou a primeira grande vaga de desemprego na Europa, desencadeando tensões sociais e movimentos revolucionários em muitos países.

Justamente por estes fenómenos constituírem uma novidade, a resposta à crise foi de grande dificuldade. A ausência de uma teorização prévia sobre o tipo de situações que estava a emergir levou a que a regulação se baseasse em ideias provenientes de doutrinas liberais e de senso comum e a política monetária em intervenções discricionárias nas taxas de juro.

3.1.1. *A hegemonia teórica e a crise*

A Economia enquanto área disciplinar estava ainda numa fase inicial do seu desenvolvimento quando surgiu a crise de 1848. Como nota Bastien (2011: 60), o campo das ideias económicas era de “limitada dimensão e estruturação”. A síntese teórica com maior expressão e maior domínio na época anterior à crise é aquela que posteriormente se apelidou de teoria clássica. Esta hegemonia vinha sendo cimentada desde a obra que se considera como fundadora desta corrente: *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith, de 1776. A posterior disseminação das ideias presentes nessa obra deu origem a esta corrente, cujos

principais representantes, para além do já mencionado Adam Smith, eram David Ricardo e Jean-Baptiste Say. Um dos aspectos centrais desta síntese teórica era a noção da existência de um equilíbrio na economia, atingido pelo mecanismo da oferta e da procura. Assim, a possibilidade de flutuações na economia seriam movimentos que convergiriam para uma situação de equilíbrio, estivessem as causas das flutuações relacionadas com factores endógenos ou exógenos ao processo do mercado. A derradeira obra de referência do sistema clássico serão porventura os *Princípios*, de J. S. Mill (1848), que contém um tratamento da temática das crises que não difere dos anteriores autores, relacionando-a com a especulação financeira e más práticas bancárias.

Contudo, apesar dessa hegemonia, outras correntes de pensamento económico coexistiam com a corrente clássica, da qual divergiam. São os casos de Sismondi, Thomas Malthus, o socialismo ricardiano e outras correntes com um maior pendor doutrinário. As principais correntes dissidentes, embora competissem com o sistema hegemónico, derivavam as suas teorias, em larga medida, desse sistema teórico.

Sismondi, inicialmente partidário das ideias de Adam Smith, foi-se progressivamente afastando dessa corrente, considerando temáticas que lhe eram contrárias, como a crescente exploração dos trabalhadores por parte dos capitalistas e a negação do auto-ajustamento do mercado, reconhecendo-lhe antes “uma tendência para a sobreprodução conducente a crises periódicas de gravidade crescente” (Bastien, 2001: 61). A partir destas teorias, negou as doutrinas liberais e em matéria de política económica apoiou a intervenção do Estado, numa tentativa de conter os efeitos das crises – e, em especial, o desemprego.

Thomas Malthus, na esteira de Sismondi, argumentou igualmente que o mercado tendia para o subconsumo, embora introduzisse nessa tese um aprofundamento teórico com o princípio da procura efectiva. No que concerne às crises, a sua perspectiva era semelhante à de Sismondi, realçando a sobreprodução e o excesso de capital nos mercados. Para a solucionar advogava que era necessário desenvolver o comércio a nível interno e externo, um programa de obras públicas e aumentar o número de improdutivos.

3.1.2. A crise teórica e a sua evolução

O período pós-crise caracterizou-se, em primeiro lugar, por uma continuidade relativamente ao sistema teórico clássico enquanto corrente dominante. J. S. Mill continuou a ser a referência fundamental, e assistiu-se até a um reforço da doutrina do *laissez-faire* (de que é exemplo o livro de Bastiat, *Harmonias económicas*, de 1850). No entanto, a evolução deste domínio teórico acarretou uma reconfiguração no que respeita aos seus elementos analíticos e conceptuais. Teve início uma nova fase, na qual foi dado um maior relevo ao conceito de utilidade e a uma concentração na análise das relações entre os indivíduos a partir desse prisma, nomeadamente no que respeita às trocas comerciais.

Não obstante o surgimento e o impacto da crise de 1848, a escassa teorização sobre as crises e os seus mecanismos indica que estas eram entendidas como fenómenos anómalos, e o seu aparecimento não tinha lugar na lógica do sistema da teoria clássica. Só mais tarde se procedeu a uma teorização, ainda que incompleta, que se baseava sobretudo na descrição cronológica dos acontecimentos de ruptura próprios de uma crise (de que é exemplo a obra de Clement Juglar). Um aprofundamento teórico mais avançado só surgiria ainda mais tarde, já na década de 1870, com a obra de Bagehot. O estudo teórico sobre o ciclo económico surgirá somente quase no fim do século.

Destaca-se, no período que se seguiu à crise, o surgimento do marxismo e da escola historicista. Embora de forte pendor doutrinário, a emergência do marxismo deve-se sobretudo à publicação do *Manifesto Comunista*, no qual se define o capitalismo à luz do conceito de luta de classes e se procura construir uma alternativa socialista, que deveria iniciar-se com uma reforma do Estado em matérias de propriedade e da distribuição de rendimentos da sociedade capitalista. Quanto às crises, Marx e Engels rejeitam a ideia de Mill de que estas se devem à especulação financeira e consideram, como Sismondi, que se devem à sobreprodução. Em vez da criação de um banco público, como advogavam os socialistas ricardianos, no *Manifesto* a proposta era mais radical, reivindicando o poder bancário em exclusividade para o Estado através de um banco nacional. Contudo, esta corrente não teve eco na academia.

A escola historicista divergia do sistema clássico, desde logo no que diz respeito à metodologia. Em lugar de enveredar pelo individualismo metodológico, vincava a evolução

concreta das economias, e o seu funcionamento de acordo com regras políticas, institucionais e culturais. Devido à ênfase dada à evolução das economias, a escola historicista criticava a possibilidade de se estabelecerem leis universais das economias – e, também por isso, utilizavam como categoria fundamental da análise a economia nacional. Quanto à análise das crises, o ensaio de Wilhelm Roscher (*Teoria das Crises*, 1849) segue a mesma linha de Sismondi e de Marx, destacando a sobreprodução.

No período imediatamente após a crise, registou-se um “retorno” ao domínio do sistema clássico, embora este sistema estivesse “enfraquecido no seu potencial inovador e parcialmente transformado” (Bastien, 2011). Esta solução evidencia o facto de nenhum sistema teórico dominado, já existente ou surgido no seguimento da crise, se ter transformado em sistema dominante – com as possíveis exceções das correntes histórica na Alemanha e marxista na Rússia. Em ambos os casos, tal deveu-se, entre outros factores, a um campo teórico ainda bastante fragmentado e ao papel menor da teoria clássica nesses países. No entanto, uma mudança de sistema teórico só se viria a realizar mais tarde, nos anos 1870, com a revolução marginalista e a posterior emergência da corrente neoclássica.

3.2. A crise dos anos 1930

O período que medeia as duas grandes guerras foi de grande instabilidade económica e política. Antes da 1ª Guerra Mundial, tinha-se dado o advento da chamada primeira globalização e os países encontravam-se mais interdependentes a nível económico. Depois da 1ª Guerra Mundial, as perdas da guerra na Grã-Bretanha transformaram os EUA na principal potência económica. Destaca-se também neste período a revolução russa de 1917, que pôs fim ao regime czarista. Foi igualmente por esta altura que o Japão ascendeu ao grupo das principais potências mundiais. Na Europa, a Alemanha, constrangida ao pagamento de dívidas e reparações de guerra, conheceu um período bastante austero, com um forte aumento do desemprego e enormes pressões inflacionistas (a hiperinflação dos anos 1922-3). A excepção era a Itália, com taxas de crescimento elevadas.

A crise económica de 1929 iniciou-se com uma quebra abrupta dos preços no mercado bolsista, em Nova Iorque. Por força da queda dos preços, a desvalorização dos activos levou

várias instituições bancárias à falência. Em seguida, o investimento e a produção industrial caíram, e o desemprego escalou de 3% (1929) para 25% (1933), criando uma espiral recessiva. Na Europa, em praticamente todos os países, as consequências foram semelhantes, em alguns casos com níveis de desemprego superiores ao americano. De acordo com Cardoso (2009), estes acontecimentos resultaram da simultaneidade de alguns factores determinantes: o rescaldo da Grande Guerra, o desajustamento e a falta de articulação do sistema monetário internacional, a inflexibilidade da política monetária e a ineficácia e falhanço do regime do padrão-ouro.

3.2.1. A hegemonia teórica e a crise

Na sequência da revolução marginalista da década de 1870, a área da Economia foi dominada pela chamada corrente neoclássica. No período anterior à Grande Depressão, o manual de referência desta corrente eram os *Princípios*, de Marshall, que sintetizavam as contribuições dos marginalistas e dos economistas clássicos. Quanto à temática das crises, Marshall sustentava que elas se deviam a períodos de excesso de confiança nos mercados de crédito. A principal hipótese avançada para explicar a crise era a da visão neoclássica: a rigidez de preços e salários pressionava a economia no sentido do desemprego, e essa rigidez advinha de instituições políticas que se defendiam da adaptação dos preços de acordo com as regras do mercado. Por isso, os desequilíbrios eram considerados normais, fazendo parte de um período transitório em direcção ao equilíbrio. As propostas avançadas para a resolução de uma situação de crise assentavam na convicção de que não se deveria intervir nos mecanismos do mercado⁹.

Um exemplo sintomático da institucionalização da ideia da ortodoxia neoclássica residia na *Treasury View*. Em resposta à campanha de Lloyd George a favor de obras públicas como forma de contrariar a crise, e que representava uma alternativa à ortodoxia, o Tesouro argumentava que tal prática se reduzia a uma transferência de recursos, incapaz de operar uma mudança real da situação económica.

⁹ Posteriormente, outras hipóteses foram enunciadas para explicar as causas da Grande Depressão. Cardoso (2009) sintetizou as principais, a saber: a hipótese monetária, a hipótese financeira, a hipótese padrão-ouro, a hipótese dos ciclos económicos reais e a hipótese dos *animal spirits*.

3.2.2. A crise teórica e a sua evolução

A contradição progressiva entre a realidade económica vigente e as políticas económicas inspiradas na teoria económica dominante implicou uma crise das ideias económicas que só se veio a solucionar depois da grande crise económica terminar.

Destacaremos, de entre as correntes teóricas que se debateram durante a crise teórica, a escola austríaca (e, no interior desta, as teorias que concernem ao ciclo económico) e J. M. Keynes¹⁰.

Os principais representantes da escola austríaca, como Friedrich Hayek e Ludwig von Mises, entendiam que a estagnação se devia a um período de investimento excessivo que teria de terminar inevitavelmente. Uma vez que o aumento do crédito tinha em parte sido sustentado pela política monetária expansionista, advogavam uma política monetária na qual a taxa de juro pudesse manter a estabilidade do nível de rendimento. Nesse período, era sobretudo necessário delinear políticas que não constrangessem a economia a ajustar-se. Argumentavam, ainda, que o colapso do padrão-ouro e os obstáculos que contribuem para a rigidez dos preços e salários tinham sido factores determinantes para a emergência da crise.

J. M. Keynes emerge com forte impacto no clima de ideias acima descrito, ao considerar que o estado depressivo da economia tinha sido causado por um progressivo declínio das taxas de retorno do investimento. Assim, a resultante depressão da procura só teria solução com um novo estímulo do investimento. No seu entender, as propostas ortodoxas não constituíam solução para a crise porque eram contraditórias com a possibilidade de estimular a procura, contribuindo para o aprofundar da crise. Keynes tentou inspirar políticas económicas que estimulassem a procura – e, como nota Blaug (1992), estabeleceu um fundamento teórico para aquilo que muitos economistas propunham na época, mas que não tinham maneira de comprovar teoricamente. A sua argumentação prende-se com a possibilidade de utilizar a política fiscal e um conjunto

¹⁰ Não incluímos neste ponto correntes de pensamento como a Escola de Estocolmo, o Institucionalismo e o Marxismo, bem como outras contribuições avulsas – devido à falta de espaço e à menor relevância destas doutrinas neste contexto.

apropriado de obras públicas de forma a controlar a procura agregada. E, neste contexto, foi especialmente importante a introdução do conceito de multiplicador.

A teoria de Keynes ganhou maior importância pelo facto de alguns países terem seguido, até anteriormente à sua publicação, políticas que seriam caucionadas *a posteriori* pela *Teoria Geral*. É exemplo o caso dos EUA, com o programa governamental *New Deal*, que visava estimular a procura por via de políticas fiscais e de obras públicas. Para além disso, a necessidade de gerir a procura durante a 2ª Guerra Mundial, cimentou a utilização de modelos inspirados na teoria keynesiana e instrumentos de análise que se baseavam nos dados agregados da economia. Pouco tempo depois do fim da guerra, a revolução keynesiana estava consolidada – em particular nos EUA e na Grã-Bretanha (Blaug, 1992: 175), ainda que sob a forma mitigada de uma síntese neoclássica-keynesiana.

3.3. A crise dos anos 1970

O período que antecedeu a crise dos anos 1970 é conhecido como uma “era de ouro”, no qual foram alcançadas as mais elevadas taxas de crescimento do produto, o desemprego foi relativamente contido a níveis historicamente baixos, e foi um período que não conheceu crises económicas de maior. Estes fenómenos encontravam-se na maioria das economias mais avançadas, nomeadamente as da Europa e dos EUA.

Contudo, nos EUA, em meados dos anos 60, as políticas económicas de estabilização, principalmente as políticas fiscais que visavam atingir o pleno emprego, conjugadas com o programa do Presidente Lyndon B. Johnson contra a pobreza (“War on Poverty”) e as despesas com a guerra do Vietname, criaram pressões no sentido da subida dos preços. Com efeito, este conjunto de factores conduziu à expansão global da procura, aumentando os preços das mercadorias, à excepção do petróleo. Mais tarde, as decisões da OPEP no sentido de subir os preços do petróleo nos anos 1973-4 inauguraram um período de crise no qual coexistiram inflação e estagnação económica, iniciando-se uma fase de crescimento lento e irregular.

3.3.1. A hegemonia teórica e a crise

No período anterior à crise dos anos 1970, a teoria económica dominante resultava de uma síntese entre a teoria neoclássica (A. Marshall) e a teoria keynesiana (síntese desenvolvida inicialmente sobretudo por Paul Samuelson). A elaboração desta síntese, no entanto, assentava numa interpretação e transformação das ideias keynesianas (de que é exemplo o modelo IS-LM, de Hicks), o que implicou a exclusão de vários elementos da teoria keynesiana.

Ainda assim, a macroeconomia moderna surgiu, em grande medida, com a *Teoria Geral* de Keynes, e os modelos do pós-guerra baseavam-se em grande parte nas suas premissas. Como já afirmámos quanto à crise dos anos 1930, estes modelos constituíam uma novidade na política económica, que derivava do rescaldo da 2ª Guerra Mundial. A guerra tinha forçado os governos à planificação económica, de forma a garantir as necessidades inerentes ao esforço de guerra. Os economistas auxiliaram os governos nesta tarefa, intervindo no delinear das políticas. A seguir à guerra, e também por motivos que decorrem de factores geopolíticos, os governos comprometeram-se em criar políticas que atingissem níveis baixos de desemprego (Robinson, 1972: 6).

Contudo, a síntese adoptada durante o período do pós-guerra continha contradições teóricas, nomeadamente no que respeita à coerência e compatibilidade entre a teoria microeconómica inspirada na economia neoclássica e a teoria macroeconómica baseada em Keynes. Por isso, a procura de fundamentos microeconómicos que estivessem em consonância com a teoria de Keynes tornou-se na principal preocupação dos investigadores¹¹.

¹¹ Alguns exemplos de autores que tentaram essa compatibilização são Don Patinkin, Kenneth Arrow, Robert Clower e Axel Leijonhufvud.

3.3.2. A crise teórica e a sua evolução

O princípio da crise da teoria keynesiana surge então ligada ao seu suposto fracasso na tentativa de lidar com o problema da estagflação¹², nomeadamente pelo facto de a economia não responder às políticas baseadas nessa teoria. Este problema, que de algum modo se apresentava como externo à teoria económica (a estagflação era um dado novo no que concerne à política económica), contrastou com o relativo sucesso da teoria keynesiana no período do pós-guerra – um período durante o qual existiu um crescimento económico sem paralelo, isento de crises económicas significativas.

Como aconteceu em outras crises no passado, os problemas enfrentados pela corrente dominante permitiram a abertura de um novo espaço de discussão no qual esta foi contraposta a correntes diferentes. Entre as alternativas debatidas neste período, contam-se o pós-keynesianismo, o marxismo, o institucionalismo e o monetarismo.

O pós-keynesianismo enquanto escola surgiu com a crise dos anos 1970 e visou reafirmar os aspectos da teoria de Keynes que se mantinham ausentes da ortodoxia. Foi, aliás, neste sentido que alguns críticos apelidaram o keynesianismo da ortodoxia de ‘keynesianismo bastardo’, como Joan Robinson (1962). Os pós-keynesianos vincavam nomeadamente a incerteza quanto ao futuro e as expectativas depositadas na actividade económica, a preferência pela liquidez, o princípio da procura efectiva, a endogeneidade da moeda, a importância do papel das instituições na economia real e políticas económicas que visem o pleno emprego. Acreditando que os modelos teóricos devem procurar estar em sintonia com a economia real, estes autores criticam a ortodoxia por esta ser demasiado abstracta e por propor modelos inadequados. Uma vez que a Economia deve esforçar-se por enfrentar os problemas contemporâneos, reivindicam uma concepção diferente do tempo na economia e reforçam o carácter histórico dos modelos. É própria desta escola a perspectiva de que as recessões são um fenómeno recorrente das economias e, como tal, devem ser incluídas na análise económica.

¹² Não só não se conseguiu diminuir a inflação como o desemprego aumentou. Este facto era contrário ao *trade-off* da curva de Phillips, um dos elementos basilares da síntese neoclássica do pós-guerra.

Outras correntes heterodoxas como o marxismo e o institucionalismo são favorecidas em momentos de crise da sociedade capitalista, nomeadamente nas crises económicas. Assar Lindbeck sintetizou as críticas à ortodoxia por parte destas escolas (Coats, 1992: 430-431). Entre elas destacam-se as críticas à ausência da temática da distribuição do rendimento nas teorias, ao hábito de tomar as preferências dos consumidores como dados adquiridos, ao excesso de problemas quantitativos e à negligência dos problemas qualitativos, à análise de mudanças marginais sem considerar as mudanças globais, bem como à ausência de consideração da interdependência dos processos económicos e políticos.

O monetarismo surgiu como uma crítica de Milton Friedman à teoria keynesiana e baseia-se, em grande medida, na teoria quantitativa da moeda. Friedman considerava que uma política monetária discricionária que pretenda contrariar os ciclos da economia resultará, no longo prazo, em inflação ou deflação dos preços, e não terá efeitos reais no produto. Por isso, advoga uma taxa fixa para o crescimento da moeda, que acompanhe o crescimento do produto. Esta argumentação era contrária à preferência pela liquidez de Keynes. A tese de Friedman apoia-se na convicção que os mercados se auto-ajustam e de que a destabilização advém da política económica. De acordo com a concepção de Friedman de uma taxa natural de desemprego, independente da inflação (e em contraste com o *trade-off* da curva de Phillips), nenhuma política económica conseguirá baixar o desemprego para além da taxa natural, e portanto, no longo prazo, o estímulo à procura só criará inflação. O monetarismo está por isso ligado a uma crença na estabilidade das economias de mercado e a uma atitude hostil ao intervencionismo.

Devido à já aludida crise do petróleo e à conseqüente crise económica, o monetarismo parecia oferecer respostas convincentes aos problemas correntes, sobretudo por força dos dados empíricos da época no que diz respeito à relação entre a quantidade de moeda e o nível dos preços, e do aumento do desemprego com a taxa natural de desemprego. Como resultado destes factores, o monetarismo ganhou uma maior adesão por parte de muitos economistas.

Posteriormente, no seguimento do impacto da escola monetarista na política económica, surgiu a teoria da chamada hipótese das expectativas racionais, de Robert Lucas, que mais tarde se viria a impôr como corrente dominante na macroeconomia no decorrer

da década de 1980, criando o que se apelidou de revolução das expectativas racionais. Esta revolução trouxe no desfecho da crise teórica uma nova dominância, a da Nova Economia Clássica.

Será necessário, contudo, fazer referência a mudanças estruturais internas e de conteúdo analítico e metodológico no que respeita à disciplina, que para além dos debates entre as correntes já aludidas, muito contribuíram para o agravar da crise teórica. Este é um período de grande expansão da Economia na sociedade. Com efeito, a massificação do ensino expandiu a disciplina, aumentando significativamente o número de estudantes e profissionais – muitos dos quais empregados em instituições não-académicas, como em empresas e departamentos governamentais, o que levou muitos economistas da academia a se envolverem nas mais variadas formas de apoio à decisão governamental, isto é, na política económica. A crescente divisão do trabalho no interior da disciplina separou departamentos e criou novas áreas de investigação, o que de algum modo diminuiu a comunicação entre os departamentos e dificultou a existência de um conhecimento integrado do todo disciplinar. Estas transformações ocorreram num período em que os economistas e os assuntos económicos tiveram uma maior exposição perante a comunicação social e a opinião pública, o que ampliou a crise no interior da profissão. Por todas estas razões, o grau de responsabilidade dos economistas relativamente aos resultados das políticas aumentou, e o seu trabalho foi submetido a um escrutínio público maior. Importa ainda realçar a intensa matematização da Economia e a expansão da econometria, acarretando uma maior complexificação dos métodos teóricos e práticos.

4. A CRISE ECONÓMICA E AS IDEIAS ECONÓMICAS CONTEMPORÂNEAS

4.1. A crise económica actual

Para a análise da crise económica que eclodiu no final de 2007, designada posteriormente de Grande Recessão, é necessário distinguir as causas da crise dos acontecimentos ocorridos no sistema financeiro, que explicam a sua evolução e propagação.

O epicentro da crise foi nos EUA, principalmente nos mercados financeiro e imobiliário. No período anterior à crise, uma fracção significativa da actividade bancária concentrava-se na concessão de empréstimos para a compra de casas. Grande parte desses empréstimos foram concedidos aos chamados clientes *subprime*, isto é, clientes que poderiam vir a ter dificuldades em pagar os montantes estipulados no contrato. Através de um processo de titularização de activos, os diferentes tipos de empréstimo foram empacotados em títulos (que englobavam empréstimos de qualidade diversificada) que podiam ser vendidos a outros investidores. Desse modo, a titularização permitiu uma distribuição dos empréstimos pela banca mundial.

O abrandamento progressivo da economia provocou uma queda no preço das casas e uma dificuldade crescente dos clientes em pagar as suas dívidas aos bancos. Com crescentes situações de incumprimento, os preços dos títulos ligados aos empréstimos começaram a cair, provocando uma quebra no valor dos activos dos bancos. Perante estes acontecimentos, originou-se um clima de desconfiança e os bancos deixaram de conceder empréstimos entre si. A contracção da actividade bancária normal implicou, dado o papel fundamental da banca na estrutura global da economia, uma escassez de crédito e, portanto, uma contracção no investimento e uma quebra no consumo, o que levou a uma descida na taxa de crescimento do produto e a um aumento do desemprego. Estes efeitos atingiram proporções colossais, agravados pela crescente integração das economias, e a crise chegou a ser descrita como a pior desde a Grande Depressão.

Após o momento inicial da crise, a resposta da política económica permitiu conter alguns dos seus efeitos. Os pacotes de incentivo, através de uma injeção monetária, visaram sobretudo aumentar a liquidez no sistema financeiro. Esta actuação incluiu também a compra de activos tóxicos que os bancos tinham necessidade de retirar dos seus balanços. Além disso, alguns grupos económicos que se encontravam em situação de insolvência ou em risco de falência foram resgatados pelas autoridades, dado o seu peso no funcionamento global da economia. Neste sentido, as políticas adoptadas visaram sobretudo conter os riscos sistémicos de forma a que não se instalasse uma depressão profunda, o que poderia ter implicado uma contracção do produto e um aumento do desemprego maiores do que os ocorridos.

No entanto, esta actuação não ocorreu sem dificuldades. Enquanto que, nos EUA, a crise no sistema financeiro foi atenuada com as políticas de emergência descritas acima, e por isso, a recuperação do sistema económico deu-se de forma mais acelerada, na Europa a situação foi diferente, sobretudo para os países incluídos na zona euro. Na União Europeia (UE), a criação da zona monetária comum no final dos anos 1990 tinha criado desequilíbrios nas relações comerciais entre os países e, quando se deu a crise em finais de 2007, vários países apresentavam uma balança de pagamentos deficitária. Durante um primeiro momento após crise, destaca-se a injeção de liquidez por parte do Banco Central Europeu (BCE) e as políticas orçamentais expansionistas na UE de forma a combater a crise. Contudo, posteriormente registou-se um recuo nessas políticas, que se aliou à renitência do BCE em actuar como prestador de última instância. Por isso, à crise do sistema financeiro veio juntar-se uma crise da dívida soberana.

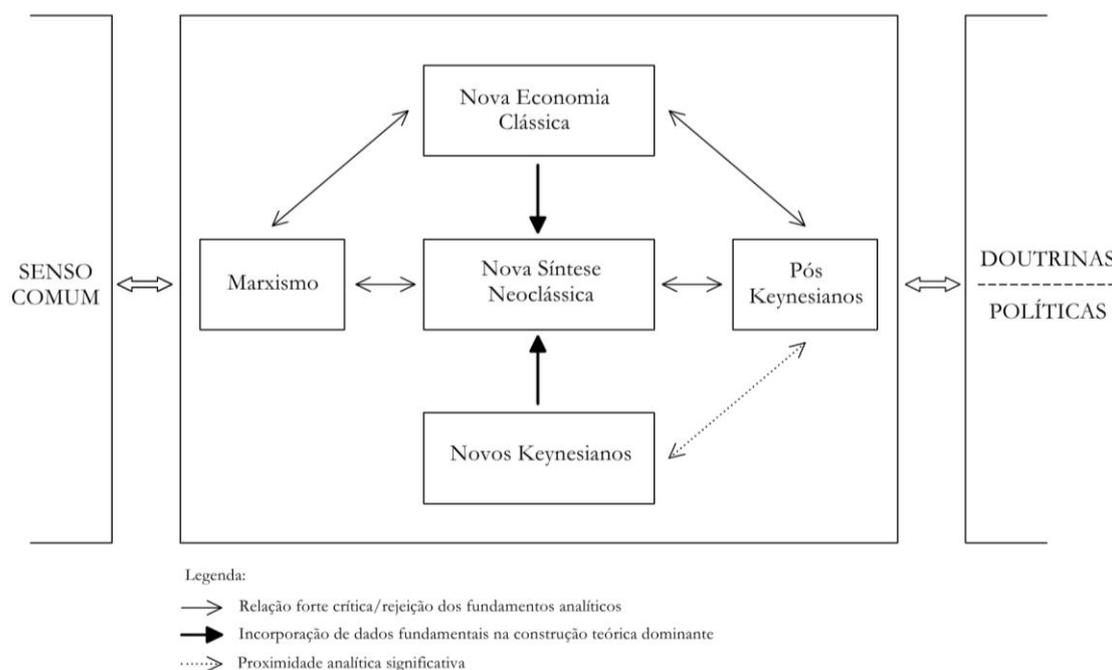
Com efeito, nos países da UE que se encontravam com dívidas de maior proporção – como Portugal, Espanha, Itália, Grécia e Irlanda –, as políticas de emergência e o resgate ao sistema financeiro implicaram uma quebra de rendimentos por parte da maioria da população e um aumento acentuado do desemprego, bem como uma redução bastante significativa da despesa por parte dos Estados. Os países em necessidade de intervenção externa, como por exemplo, Portugal e a Grécia, decidiram pedir empréstimos ao FMI e a outras instituições financeiras, comprometendo-se, para além do pagamento de uma taxa de juro momentaneamente reduzida, à prossecução de um conjunto de mudanças estruturais na economia. De acordo com a teoria que esteve na base das políticas estruturais destinadas à reformulação do regime económico, toda a economia anterior à crise evoluiu a partir do crescimento da dívida, tanto por parte das empresas como por parte dos Estados, pelo que era necessário impor um novo regime, que assentaria num maior rigor orçamental. Este, por sua vez, e especialmente no que concerne ao sector público, deveria ser alcançado equilibrando as contas públicas através de um corte nas despesas do Estado (como por exemplo a diminuição dos salários e o despedimento de trabalhadores) e/ou delegando certos sectores a cargo de instituições privadas, se não mesmo privatizando-os por completo. Paralelamente, tanto para esse equilíbrio como para o pagamento da dívida, registou-se um acentuado aumento dos impostos. É justamente neste sentido que surgiu a assinatura do

chamado Pacto Orçamental, que implicou um maior controlo orçamental por parte dos governos.

4.2. As principais escolas de pensamento na Macroeconomia no período de crise

Na Figura 3 esquematiza-se as principais correntes de pensamento económico contemporâneo. Este diagrama veicula a composição dos campos das ideias económicas que avançámos no capítulo 2, destacando o campo do saber teórico. Nele, encontramos as principais correntes teóricas, bem como a relação que se estabelece entre as mesmas.

Figura 3 – Configuração actual do campo do saber económico teórico¹³



De seguida, procuraremos caracterizar, ainda que muito brevemente, o corpo teórico de cada corrente e a sua visão acerca da presente crise¹⁴.

¹³ Fonte: Carlos Bastien, Apontamentos das aulas teóricas de História do Pensamento Económico (não publicados).

¹⁴ Para a elaboração do resumo destas correntes, tomámos como principais referências as seguintes obras: Snowdon e Vane (2005), Burda e Wyplosz (2009), Backhouse (2010) e Skidelsky (2010).

4.2.1. A evolução da corrente ortodoxa

4.2.1.1. A Nova Economia Clássica

A hipótese das expectativas racionais (HER) operou uma revolução na macroeconomia, dando origem a um novo programa de investigação. A crítica de Robert Lucas, baseada na HER, relativamente à prossecução de políticas antecipadas ou não antecipadas constituiu um momento importante para o progresso desta corrente. De acordo com a crítica de Lucas, os agentes económicos ajustam as suas expectativas de acordo com as políticas anunciadas. Assim, antecipando os efeitos futuros dessas políticas, ajustam as suas decisões no presente, pelo que o efeito das políticas não será o previsto pelas autoridades. Por isso, as políticas só terão efeito no produto e no emprego se não forem antecipadas pelos agentes, porque os obriga a fazer erros de previsão. Além do mais, a Nova Economia Clássica considera que se dá o “fecho” dos mercados, isto é, as quantidades procuradas igualam sempre as quantidades oferecidas. Esta perspectiva tem como corolário a limitação da prossecução de políticas interventivas na economia por parte das autoridades, propondo antes a definição de regras fixas para a política económica.

A teoria de Robert Lucas implicava que as flutuações na economia se deviam aos choques monetários, mas essa teoria não se compatibilizava com os dados empíricos. É neste contexto que surge outra perspectiva quanto à explicação do ciclo económico, os Ciclos Económicos Reais (CER), desenvolvida sobretudo por Fynn Kydland e Edward Prescott. Embora aceitando a abordagem de Lucas, incluindo a HER e o ‘fecho’ dos mercados, a teoria dos CER argumenta que o ciclo económico é explicado a partir dos choques da oferta e dos choques tecnológicos.

4.2.1.2. Os Novos Keynesianos

Os Novos Keynesianos, embora aceitando o núcleo teórico fundamental da Nova Economia Clássica (a HER e os CER), contestaram a ideia de que os mercados ‘fecham’. Nesta perspectiva, os agentes económicos poderão ter dificuldades em actualizar a informação e, por isso, nem sempre existe um auto-ajustamento imediato na economia,

pelo que a reacção a eventuais choques poderá ser lenta. Destacam-se, entre outros elementos realçados por esta escola, teorias que dão ênfase às imperfeições dos mercados (como a concorrência imperfeita) e à informação assimétrica. De acordo com Burda e Wyplosz (2009), a rigidez dos preços foi-se tornando a hipótese mais plausível relativamente aos dados empíricos. Por isso, os Novos Keynesianos argumentam que poderá ser necessário intervir na economia através de políticas fiscais ou monetárias, de forma a estabilizar os preços, o produto e o emprego.

4.2.1.3. A Nova Síntese Neoclássica

A evolução do pensamento macroeconómico no período anterior à crise económica termina com as transformações introduzidas pelos Novos Keynesianos, nomeadamente a concorrência imperfeita, a rigidez de preços e uma política monetária com efeitos reais no curto prazo. Devido à integração significativa de elementos teóricos entre as duas escolas, considerou-se a existência de um nova síntese, apelidada de Nova Síntese Neoclássica¹⁵.

Do ponto de vista metodológico ambas as escolas baseiam-se em modelos matemático-dedutivos, tomando agentes representativos nos quais se admitem pressupostos sobre a sua racionalidade (perfeita, limitada, etc.) e formalizando a informação com a qual se deparam (completa, incompleta, etc.). Os agentes dividem-se entre consumidores que maximizam a utilidade e produtores que maximizam o lucro, sendo dado especial ênfase aos microfundamentos dos dados agregados.

Esta síntese foi posta em causa com o surgimento da crise. Segundo Trichet (cit. Kirman, 2012: 61) os modelos basilares desta corrente, os EGDE (modelos de Equilíbrio Geral Dinâmico Estocástico), revelaram-se incapazes de auxiliar a política económica, dado que não enalteciam os fenómenos que emergiam e, por outro lado, revelaram-se pouco adequados como guias para o restauro da economia. De igual modo, a teoria das expectativas racionais e a teoria que veicula a hipótese dos mercados eficientes (que indica que os preços de mercado contêm em si a informação disponível do mercado) entraram em

¹⁵ No entanto, como mostra Skidelsky (2010, 60), o surgimento desta síntese não eliminou a rivalidade de perspectivas entre as escolas (*fresh water vs salt water*).

conflito com a crise dos mercados financeiros. Embora concordando com as políticas de emergência [Lucas, por exemplo, afirmou: “(...) I guess everyone is a Keynesian in a foxhole (...)” (Fox, 2009)], é dada primazia a uma política que estabilize a economia mas que se iniba de intervir na essência da economia de mercado, ajudando apenas no seu ajustamento. Quanto às causas da crise, a política monetária do Sistema de Reserva Federal dos Estados Unidos (*Fed*), que se traduziu no aumento da taxa de juro em 2005, é apontada como um dos pontos críticos (Skidelsky, 2010: 26), sobretudo por esta ter sido uma decisão tardia. Assim, o acesso ao crédito foi demasiado barato durante muito tempo, e isso permitiu uma grande acumulação de dívidas e a criação de uma bolha no mercado imobiliário. De qualquer forma, as crises não faziam parte das previsões teóricas e dos modelos, e Lucas elogiou o estado da macroeconomia antes da crise quanto à prevenção de depressões¹⁶. Os Novos-Keynesianos, mesmo realçando a rigidez dos preços e imperfeições do mercado, não previam a possibilidade de uma crise profunda¹⁷.

4.2.2. As correntes heterodoxas

Outras correntes de pensamento marginalizadas antes da crise ganharam um novo fôlego aquando do seu surgimento. Entre elas, destacaremos o regresso de Keynes, o pós-keynesianismo, no qual se inclui a hipótese da instabilidade financeira (HIF) de Minsky, a teoria dos *Animal Spirits* e o marxismo¹⁸.

¹⁶ “My thesis in this lecture is that macroeconomics in this original sense has succeeded: Its central problem of depression prevention has been solved, for all practical purposes, and has in fact been solved for many decades.” In Lucas, 2003: 1.

¹⁷ Será necessário referenciar autores que, embora previamente incluídos nesta corrente, se manifestaram como dissidentes durante a crise, de que são exemplo Paul Krugman, Joseph Stiglitz, Nouriel Roubini ou Richard Posner.

¹⁸ Outras correntes dominadas mas de menor expressão, designadamente a Escola Austríaca, o Institucionalismo, a Teoria Monetária Moderna, a Economia do Conhecimento Imperfeito o Regulacionismo, a Economia Comportamental, a Economia Experimental e o Agent-based Modelling não são aqui referidas de forma explícita por falta de espaço.

4.2.2.1 O regresso de Keynes e o pós-keynesianismo, a HIF de Minsky e a teoria dos *Animal Spirits*

O regresso de Keynes esteve ligado, em grande medida, à necessidade de políticas de emergência para conter os efeitos da crise. Contudo, após essas políticas, que se basearam nos já mencionados pacotes de incentivo à economia, Keynes não foi reincluído na corrente dominante. Contudo, alguns aspectos da sua teoria e do seu pensamento encontraram um novo espaço para debate na disciplina. O famoso parágrafo de Keynes sobre o poder das ideias (*Teoria Geral* [2010: 364]) foi amplamente citado. A reivindicada actualidade de Keynes também se deve à sua abrangência disciplinar e intelectual, e às suas considerações sobre a metodologia (as críticas de Keynes aos modelos econométricos na década de 1930) e o inevitável carácter moral da Economia (Skidelsky, 2010; Leijonhufvud, 2009; Cardoso, 2009).

Os pós-keynesianos reivindicam a actualidade de elementos das suas teorias que não se encontram na teoria actual, entre os quais estão a ideia de incerteza quanto ao futuro, a endogeneidade da moeda, a distribuição do rendimento, o princípio da procura efectiva, e a possibilidade de ocorrência de recessões. Para além disso rejeitam os principais pressupostos dos modelos teóricos da corrente dominante, argumentando que não permitem uma formulação adequada de teorias e políticas para os problemas económicos.

Entre as principais causas que levaram à crise apontam a mudança de paradigma no funcionamento da economia, nomeadamente alterações nas operações dos mercados financeiros e o seu peso crescente na economia: a desregulação desses mercados, a inovação financeira e a financeirização da economia. Estas alterações criaram, por sua vez, o crescimento das dívidas, uma redistribuição desigual do rendimento entre trabalho e capital, e tornaram o sistema económico instável e susceptível à emergência de uma recessão.

Como forma de ultrapassar a crise, consideram que será necessário reformar o sistema financeiro e a sua relação com os restantes sectores da economia, e advogam que se utilizem as políticas fiscais e programas de investimento estatais que visem estimular a procura, de forma que a economia recupere os níveis de rendimento e de emprego.

Uma outra vertente teórica, em parte relacionada com Keynes, que teve maior impacto com o surgimento da crise foi a hipótese da instabilidade financeira de Minsky. De acordo com Minsky, a estrutura interna do capitalismo exhibe uma instabilidade potencial e uma propensão para a criação de crises financeiras. Existe, segundo Minsky, um risco associado à especulação quando as dívidas estão em fase de crescimento, o que o levou a alertar para a desregulação financeira nos anos 1980. Minsky nunca pertenceu ao *mainstream* e a sua aparente recuperação correspondeu à sua explicação para a ocorrência destes fenómenos, bem como às políticas conjunturais susceptíveis de os impedir, que ganharam maior relevância com a crise económica¹⁹.

Por último, outro eco de Keynes na crise actual prende-se com um termo seu que deu origem à obra de Akerlof e Shiller (2009), *Animal Spirits*. De acordo com estes autores, grande parte das flutuações na economia dão-se devido a construções psicológicas colectivas, realçando factores como a confiança, a ilusão monetária ou ideias de justiça. É nesse sentido que interpretam a crise económica actual. No período de expansão de crédito, várias narrativas sustentaram as práticas que alimentaram essa expansão, nomeadamente a confiança dos investidores e agências de *rating* e, inclusivamente, um regime de incentivos que reforçava o sistema e lhe conferia legitimidade. Estes autores recorrem à Psicologia para tentar explicar o comportamento real dos agentes, como alternativa à abordagem dos modelos estocásticos baseados na teoria do agente racional, dando especial enfoque a comportamentos irracionais. Pelo recurso à Psicologia, poderá dizer-se que esta obra se aproxima da metodologia da Economia Comportamental.

4.2.2.2. Marxismo

A crise financeira renovou o interesse na teoria de Marx sobre o capitalismo. Na teoria marxista, as crises são fenómenos que provêm da estrutura interna do capitalismo – e, mais concretamente, das contradições inerentes às relações de produção. Por esta razão, o surgimento de uma crise não constitui uma surpresa para os marxistas. As crises poderão surgir porque “nada garante *a priori* a compatibilização das decisões económicas tomadas

¹⁹ Para um tratamento mais detalhado da teoria de Minsky, ver Wray (2011).

pela miríade de agentes decisores” (Bastien, 1989b: 2), ou pela impossibilidade da classe assalariada consumir toda a produção existente, resultando uma crise geral de sobreprodução. O núcleo central da teoria marxista, a luta de classes, também ganhou maior relevo com esta crise, sobretudo devido à crescente desigualdade de rendimentos e de poder social, e à concentração de grande parte da riqueza em grandes grupos económicos. A queda da taxa de lucro desde os anos 80 e a conseqüente queda dos salários reais são apontados como causa da direcção tomada na economia, sendo inevitável a bolha no sistema financeiro. Por isso foi destacada a estagnação da economia, e tal como nos pós-keynesianos, também é feita referência às desregulações dos mercados financeiros e à financeirização da economia como factores que estão na origem da crise.

De acordo com a perspectiva marxista, uma crise permite reajustar os interesses da classe capitalista, através da exploração de novos mercados e de uma maior concentração de poder nos mercados já existentes. Enquanto que entre a visão neoclássica e a visão keynesiana reside um conflito que se prende com a ideia da regulação do sistema – para os primeiros o sistema da economia de mercado equilibrar-se-á, desde que não existam intervenções do Estado que distorçam o mercado (embora admitam que possa ser necessário intervenções de emergência quando surge uma crise), e para os segundos o Estado deve intervir para que o mercado não entre em colapso –, para os marxistas a discussão não se deve centrar sobre o que fazer dentro do sistema económico, mas antes sobre uma alteração significativa do sistema²⁰.

5. A CRISE TEÓRICA DO PARADIGMA DOMINANTE

Tal como refere Lavoie (2011) na epígrafe que abre este estudo, a presente crise não se circunscreveu à crise económico-financeira iniciada em 2007-2008. Ela surgiu, antes, como o ponto culminante de um percurso económico, cultural, político e institucional. E, com efeito, é precisamente por isso que encontramos, hoje, um discurso múltiplo, que tenta

²⁰ Para um estudo mais aprofundado da interpretação marxista da crise, ver Resnick e Wolff (2010).

apreender a crise no seu sentido amplo, e ouvimos falar na crise da teoria económica, na crise da ideologia política, na crise da democracia, na crise de valores, etc.

A crise na economia é real, como o demonstram alguns indicadores económicos (queda do PIB, aumento do desemprego, quebra no investimento, falências, etc.). Mas a crise na Economia tem um carácter diferente. Que dados temos para a observar? Sem dúvida que a quantidade de vozes críticas à teoria dominante aumentou relativamente ao período anterior à crise económica, como também aumentou o número de artigos sobre o que deverá ser alterado no ensino da disciplina [vg. Coyle (2012)]. Mas no que toca a alterações concretas nos programas de ensino e nas políticas económicas (exceptuando as políticas de emergência), estas foram, por enquanto, bastante pequenas (Gärtner et al., 2011; Martin, 2013; Wren-Lewis, 2012). Surgiram algumas manifestações concretas, críticas do percurso tomado pela disciplina, como o recém-criado *Institute for New Economic Thinking* (INET), que visa difundir uma visão alternativa à corrente dominante e a *Post-crash economics*, em Manchester, que é exemplo de uma manifestação de alunos descontentes com a situação da disciplina.

Tentando sintetizar as diversas críticas dirigidas ao pensamento económico ortodoxo, considera-se que estas partem essencialmente de dois factores complementares: a vertente ideológica das teorias e das políticas económicas, e o realismo na análise. Por isso, a crise teórica actual na Economia é entendida, sobretudo, a nível metodológico, pretendendo-se que a reformulação teórica revele uma aprendizagem relativamente à crise económica e a problemas teóricos que advêm do modo de teorizar anterior a essa crise.

Será necessário, no entanto, distinguir a apreensão da crise teórica em dois planos distintos. Por um lado, a crise teórica é entendida a partir da necessidade de uma reorientação metodológica e programática, e esta é tendencialmente discutida do ponto de vista ideológico – seja do ponto de vista de uma ideologia dominante a nível doutrinário, seja do ponto de vista de uma epistemologia espontânea dos economistas. Por outro lado, a crise teórica é apreendida através de propostas que se enquadram numa reorganização disciplinar, mas que não implicam um corte relativamente à metodologia dominante anterior à crise.

5.1. A reorientação metodológica e programática

As principais críticas partem do pressuposto de que o campo das ideias económicas forma um todo que se interliga, sendo esse campo desigual e hierarquizado. As teorias dominantes assumem a maior parte do desenrolar dos acontecimentos teóricos, bem como a relação que se estabelece com os restantes campos das ideias económicas. Do ponto de vista teórico, indicam as principais temáticas que não estão presentes na corrente dominante, como a instabilidade da economia e a distribuição do rendimento, e contestam as opções metodológicas, como, por exemplo, o individualismo metodológico.

Neste contexto, as críticas à metodologia da corrente dominante centram-se em questões ideológicas[‡]. Lawson (2012: 5), por exemplo, apresenta uma síntese das interpretações do termo “ideologia”, dividindo-o em dois tipos: o primeiro define a ideologia como um conjunto de ideias presentes na sociedade que não são questionadas, ideias que constituem o pano de fundo do funcionamento social – isto é, aquilo que é considerado *neutro e normal*. A segunda definição reconhece na ideologia um conjunto de ideias especialmente construído (isto é, de forma intencional), de maneira a justificar, preservar ou reforçar um determinado estado das coisas – este é promovido de forma a conferir vantagens a um determinado grupo, e as ideias que sustentam esse estado de coisas implicam uma ocultação ou deturpação da realidade.

Estas definições fornecem-nos um guia para a análise da crise teórica actual, e, particularmente, no modo de a ideologia se integrar na teoria – podendo, por um lado viciá-la, ou, por outro, opor-se a ela.

De facto, a observação da primeira definição sugere-nos como, no trabalho teórico, os economistas não põem em causa o senso comum, não questionando as ideias imanentes que estão, por assim dizer, imiscuídas no real. A segunda apresenta-nos os economistas enquanto propagandistas de uma ideologia, plenamente conscientes do intuito do seu discurso²¹.

²¹ Apesar de se poder distinguir estes dois tipos de ideologia, não se pode ignorar a sua complementaridade. Há muitos exemplos de discursos que, começando por incluir-se na primeira definição, acabam por transitar para segunda – e vice-versa.

5.1.1. A ideologia ao nível doutrinário

Começando pela primeira definição de Lawson, a ideologia ao nível doutrinário foi realçada no contexto da crise teórica actual pelo facto de se incorporar, nos principais pressupostos teóricos dominantes, uma doutrina (juízos de valor) implícita quanto ao funcionamento da economia. Teorias como a das expectativas racionais e a hipótese dos mercados eficientes pressupõem que os agentes são racionais e que o mercado é estável e distribui eficientemente os recursos. Assim, valorizando-se principalmente o crescimento do PIB, o mercado livre surgia como o melhor meio possível para o atingir (Turner, 2012: 89). A crise económica questionou estas doutrinas, e este aspecto foi evocado, por exemplo, por Foley (2010: 12), ao considerar que a teoria dominante menosprezou os impactos na distribuição do rendimento: “The sudden triumph of rational expectations theories rested in an important way on their presentation of macroeconomic policy, particularly monetary policy as “neutral”, that is, by implication, without impact on distribution”. Adair Turner (2012: 89), por sua vez, argumenta que as teorias continham um pendor doutrinário favorável à liberalização do mercado no período pré-crise: “(...) the dominant strain of academic economics has been concerned with exploring, through complex mathematics, how economically rational human beings interact in markets. And the conclusions have appeared optimistic, indeed at times Panglossian”.

Outra perspectiva avançada, que se inclui na segunda definição de ideologia de Lawson, relaciona-se com o facto do pendor ideológico das teorias ter sido reforçado por instituições nomeadas, por exemplo, por Backhouse (2010) – como a RAND, a Mont Pelerin Society, o Institute of Economic Affairs, a Cowles Commission e a Foundation for Economic Education, entre outras. Estas instituições assumiram um compromisso para com a promoção do mercado livre e das liberdades individuais, favorecendo teorias que apontassem para esses fins doutrinários.

Uma nova doutrina emergiu, em parte, do surgimento destas instituições – o neoliberalismo. Esta corrente doutrinária compromete-se com a difusão de ideias de índole liberal, entre as quais se destaca a aplicação dos princípios das regras do mercado às múltiplas dimensões da sociedade, defendendo a superioridade desses princípios relativamente a outros modos de organização social (como o intervencionismo económico

por parte do Estado). As ideias neoliberais tiveram um forte impacto no período que se seguiu à crise dos anos 1970 (principalmente no decorrer dos anos 1980 com os governos de M. Thatcher na Grã-Bretanha e R. Reagan nos EUA), e essa influência deu-se em todos os campos das ideias económicas. O seu forte impacto ideológico-doutrinário foi referenciado, por exemplo, por Tony Judt²². Por outro lado, Paul Krugman relaciona o papel de Friedrich Hayek (um dos fundadores da Mont Pelerin Society e um dos principais autores neoliberais) na Macroeconomia com a apropriação dessa doutrina:

“(…) Friedrich Hayek is not an important figure in the history of macroeconomics. (...) So why is his name invoked so much now? Because *The Road to Serfdom* struck a political chord with the American right, which adopted Hayek as a sort of mascot — and retroactively inflated his role as an economic thinker.”

5.1.2. A epistemologia espontânea dos economistas

A epistemologia espontânea dos economistas é aqui definida no sentido de uma aceitação espontânea do modo de teorizar dominante. Esta visão é referenciada enquanto problemática devido às contradições que se estabelecem entre os métodos técnicos que constituem o modo de teorizar e a realidade e os problemas que esta suscita. Este tipo de epistemologia, embora presente no modo de teorizar, não advém necessariamente de um compromisso com uma ideologia política ou uma visão doutrinária.

As críticas a este modo de teorizar são introduzidas no contexto da já alegada excessiva matematização e formalização na Economia dominante actual, e com o realismo dos pressupostos dos modelos, embora estas críticas não sejam específicas deste momento de crise [vg., Blaug (1997) e Milton Friedman (Snowdon e Vane, 2005: 211)]. Contudo, já no decorrer da crise teórica, estas críticas foram lembradas ou reformuladas, inclusive por

²² “(…) Nos primeiros anos deste século, o ‘consenso de Washington’ imperava. Aonde quer que se fosse, havia um economista ou ‘especialista’ que explicava as virtudes da desregulamentação, do Estado mínimo e da baixa tributação. O sector público parecia nada poder fazer que os privados não fizessem melhor.” (2012: 21)

economistas *mainstream*. É o caso de Krugman (2009), por exemplo, que escreveu: “economists, as a group, mistook beauty, clad in impressive-looking mathematics, for truth”. A orientação da disciplina em torno da matemática e da formalização deverá, no entanto, ser contextualizada no conteúdo normativo do conjunto da disciplina e na sua concepção de ciência. Backhouse (2010) argumenta que os principais motivos do uso recorrente da modelização e da matematização se prendem com a intenção de os economistas se tornarem mais rigorosos e mais científicos. Mas, de qualquer forma, durante este período, existiam critérios de selecção nas principais revistas de investigação que davam primazia a artigos cujos métodos se pautavam pela formalização matemática das problemáticas económicas. Hodgson (2009) reforça esta ideia ao escrever: “Mainstream economists seem to have stopped citing anyone, except the most recent pioneers of mathematical technique”. A excessiva formalização matemática implica uma maior preocupação com a técnica matemática em comparação com as evidências empíricas que possam sustentar a sua utilização. Além disso, neste contexto, problemas pertinentes não susceptíveis de ser modelizados não podem ser tratados.

Lawson (2012) crê que o insucesso/fracasso da teoria económica reside numa forma particular da primeira definição de ideologia: a insistência de que o método correcto de se fazer ciência é aquele que utiliza modelos de formalização matemática. Para este autor, é precisamente a persistência na utilização de modelos matemático-dedutivos que conduz a Economia à irrelevância. O principal problema reside no facto de esta ideologia ao nível teórico retirar força interpretativa à Economia e não lhe permitir o desenvolvimento de um olhar crítico sobre a realidade. Segundo Lawson, existe uma contradição entre os modelos matemático-dedutivos e a ontologia social²³. Para além disso, refere a possibilidade de cada autor utilizar e manipular os modelos matemático-dedutivos de forma a chegar a conclusões previamente determinadas.

Outros economistas têm vincado que é preciso reformular os modelos que orientam a investigação económica, de modo a terem em conta as reais interdependências entre os agentes económicos e entre as instituições, de que são exemplos a metodologia da Economia

²³ Resumidamente, Lawson argumenta que estes modelos pressupõem um sistema fechado, baseado na regularidade de eventos. Para uma discussão mais aprofundada desta questão ver Lawson (2009).

Comportamental, a Economia Experimental e o denominado Agent-based Modelling²⁴. Algumas destas metodologias não põem em causa a matematização e a formalização *per se*, argumentando que a importância reside no conteúdo realista que veicula.

Para além dos apontamentos quanto às problemáticas teóricas da corrente dominante, tem também sido reivindicada, de forma a suprir parte desses problemas, e devido à constatação dos desacordos entre os economistas quanto à metodologia, uma maior abertura no campo científico, que substitua a desigualdade de peso das várias correntes na academia por um maior pluralismo²⁵.

5.2. A reorganização disciplinar

Num outro plano, que não é discutido habitualmente do ponto de vista ideológico, a Economia deverá ser reorganizada no sentido de incluir novas temáticas suscitadas pela crise e uma aprendizagem relativamente a ela – por exemplo, dando um novo enfoque na relação entre os mercados financeiros e os restantes mercados da economia, e procedendo às alterações dos programas de investigação necessárias para levar a cabo essa tarefa. No entanto, esta alteração programática não deverá implicar uma reorientação profunda no que respeita aos fundamentos metodológicos das teorias, mas sim na reorientação dos principais tópicos. Wendy Carlin (Coyle, 2012: 93-99), por exemplo, considera que a teoria deverá dar um novo relevo à finança e aos desequilíbrios globais. Gary Becker (Herfeld, 2012: 77), por sua vez, dá o exemplo da recente crise e de como as teorias se devem confrontar com os dados empíricos: “(...) the real business cycle theory ignored the financial sector. This crisis showed us that the financial sector is really important. Economists who are working in that area are going to change that now. And that is how I think it should be.”

Portanto, nesta perspectiva, pretende-se uma reorganização do campo teórico e prático da disciplina, retendo parte do conhecimento e alterando aquilo que se considera que a crise revelou como problemático no interior dos modelos anteriores.

²⁴ Alan Kirman e Duncan K. Foley são exemplos de autores que consideram adequada a utilização desta metodologia.

²⁵ Para uma discussão deste assunto, ver, por exemplo, Guerrien e Jallais (2009) e King (2013).

5.3. *A situação actual da crise das ideias económicas*

Embora o período mais crítico da crise económica tenha sido ultrapassado, os problemas teóricos ainda não. Tentámos mostrar, neste capítulo, e no nosso entender, o que traduz a crise actual das ideias económicas. Não se pode afirmar com total certeza que o sistema teórico dominante já tenha recuperado dos problemas e anomalias – ou seja, não se conhece ainda o desfecho da crise teórica. De facto, não é claro, com os dados de que dispomos, se existirá um retorno efectivo à situação *ex ante*, se haverá uma reforma ou se ocorrerá uma revolução científica. Mas, como notou Bastien (2011: 60) a propósito da crise de 1848: “Este contexto de crise da sociedade burguesa não deixou de afectar a esfera das ideias económicas nos múltiplos planos, muito embora o ritmo evolutivo destas não se conforme inteiramente com os ciclos da economia.”

6. OS MECANISMOS COMUNS DAS CRISES

6.1. *As recorrências nos períodos de crise*

Como pudemos verificar, as crises das ideias económicas resultam de um choque do sistema teórico com a crise profunda da economia real e da crítica interna ao campo científico. Num primeiro momento, a comparação entre as crises teóricas mostrou-nos a existência de recorrências quanto às temáticas dos debates nos períodos de crise.

Em primeiro lugar, as discordâncias quanto às causas da crise. De facto, nenhuma corrente discorda da constatação de uma ruptura na economia, mas não existe consenso quanto às causas que levaram a essa ruptura. Como notado por Freeman e Louçã (2004: 269), esta observação também se verificou relativamente à Grande Depressão dos anos 1930: “A discordância não se centra no declínio das taxas de crescimento durante a Grande Depressão dos anos 30, nem no elevado desemprego que acompanhou o declínio, mas nas causas da Grande Depressão.”

Em segundo lugar, constatamos a recorrência de debates em torno da ideologia e do método científico. Este aspecto foi referenciado por Coats (1977), afirmando que tais

debates se tinham verificado em todas as crises teóricas, incluindo a dos anos 1970. A crise teórica actual veio confirmar essa recorrência.

Estas recorrências parecem reflectir as discordâncias e contradições que estão latentes num período de ciência normal, e que se manifestam claramente como um problema num período de crise.

6.2. Os factores externos e os factores internos

Ao longo dos capítulos do presente estudo, pôde verificar-se que os sistemas teóricos dominantes resultam de uma confrontação teórica e empírica com a realidade social, mas também dos grupos e poderes sociais que compõem a sociedade. Assim, pode dizer-se que nessa articulação, a visão ou paradigma que se constitui como dominante emana de um conflito político e ideológico, e não apenas teórico.

Numa perspectiva comparativa das crises, constata-se que uma ruptura na direcção da investigação científica depende mais de factores exteriores (de natureza macro e micro sociológica) à prática científica do que no decurso “normal” do desenvolvimento da ciência através da resolução de “puzzles”, isto é, na evolução dos problemas exclusivamente internos da teoria. O triunfo de um sistema teórico depende da posição ocupada pelas suas ideias no período anterior à crise e na susceptibilidade de ser integrado na conjuntura de uma nova organização económica e social.

Tal parece ser o caso nas duas revoluções na macroeconomia – a dos anos 1930 e a dos anos 1970 – como, aliás, entende Backhouse (2011). É precisamente neste sentido que, escrevendo sobre a evolução da Economia na crise dos anos 1930, Felix Martin (2012) argumenta que não foi a Grande Depressão que transformou a teoria económica, mas sim a combinação de outros factores externos posteriores, nomeadamente a 2ª Guerra Mundial:

“Even the Depression did not change economics. The 1930s threw up plenty of new approaches in economics, most of them long forgotten today. The one that did survive to change the discipline – Keynes’s “general theory” – won the day only because the Second World War forced experimentation with its ideas of state control over investment. The disturbing truth is that to change economics, it took both the inspired efforts of a great

thinker-cum-policymaker such as Keynes and the force of circumstances even more terrible than the Great Depression.”

Esta citação mostra como, entre as alternativas existentes à teoria dominante, a keynesiana triunfou, em grande medida, porque foi favorecida pela nova conjuntura institucional. O mesmo poderá ser dito quanto à revolução dos anos 1970, pois a mudança não se deveu exclusivamente como reflexo dos problemas económicos na ciência económica – ao facto da estagflação e à inconsistência da curva de Phillips no plano teórico e empírico. Isto é, as teorias não são comparadas somente no plano da sua justeza analítica. Skidelsky (2013) argumenta também nesse sentido referindo-se à crise actual, ao afirmar que para a Economia se poder transformar, serão necessárias mais depressões económicas: “The truth is that this depression has not been anything like as severe – certainly not enough to shake a proud, established discipline like economics to its foundations. We have to experience many more crashes for that to happen. They are sure to do so.”

Segundo Coats (1977), nos anos 1970, a Economia não tinha condições (devido às preferências e às valorizações teóricas dos economistas) para canalizar recursos para o progresso teórico necessário àquele momento de crise. Essa observação parece aplicar-se de igual modo à crise teórica actual. A sua superação está em aberto, mas em última análise ela está mais dependente das eventuais transformações de âmbito social e político do que das transformações na comunidade científica. Porventura, esta será a primeira grande crise económica na qual o período de perturbação científica não originará uma mudança de paradigma, como ocorreu nos anos 1930 e nos anos 1970, e, nesse sentido, ela estará mais próxima da crise de 1848. Com efeito, o poder social dominante existente antes da crise é ainda o mesmo que existe depois da mesma. Como nota Vogl (2012: 1): “Despite all appearances, the recent collapse of the finance economy does not represent the end of an era: the crisis has proved itself as a way to solidify the existing economic order.”

Assim, mantendo-se a conjuntura actual, parece-nos que o mais provável é a continuação da dominação da Nova Síntese Neoclássica.

7. CONCLUSÃO

No decorrer do presente trabalho, verificámos que os períodos das crises teóricas na Economia são determinantes na evolução do conhecimento teórico e na formação de teorias. Com efeito, é nestes períodos que se verifica um debate mais intenso e profundo entre as correntes, e é neles que se apresenta claramente uma hipótese de alteração de paradigma dominante. No gráfico da Figura 2 verifica-se o lugar das crises das ideias económicas no progresso do conhecimento teórico: as crises surgem em momentos em que existe uma relativa estagnação do potencial inovador do paradigma dominante, embora não seja possível dizer com certeza o período em que se prolonga essa estagnação após se dar o início de cada crise. Fundamentalmente, verificámos que uma crise teórica poderá vir a criar a propagação de um novo programa de investigação, que se torna dominante relativamente aos demais; posteriormente esse programa contribui para a emergência e desenvolvimento de uma nova síntese; mais tarde, atinge um período de maturação, e posteriormente um período de estagnação.

Em todo o caso, a evolução do conhecimento teórico parece depender maioritariamente dos factores exteriores à prática científica, e os momentos de crise – desde que se instalam até ao seu desfecho – reflectem essa dependência.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Akerlof, G. e Shiller, R. J. (2009). *Animal Spirits*. Princeton: Princeton University Press.
- Backhouse, R. E. (2002). *The Penguin History of Economics*. London: Penguin Books.
- (2010). *The Puzzle of Modern Economics. Science or Ideology?* Cambridge: Cambridge University Press.
- (2011). Responding to Economic Crisis: Macroeconomic Revolutions in the 1930s and 1970s. In: Benner, M. (Ed.), *Before and Beyond the Global Economic Crisis*, Cheltenham: Edward Elgar Publishing, pp. 38-54.
- Bastien, C. (1989a). *Para a história das ideias económicas no Portugal contemporâneo: a crise dos anos 1945-1954*. Tese de Doutoramento. Universidade de Lisboa. Instituto Superior de Economia e Gestão.
- (1989b). A Noção de Crise no Senso Comum e nas Ciências Sociais. *Vértice II* (14), 11-19.
- (2011). 1848: A Primeira Crise da Teoria Económica, *Notas Económicas* 34 (57-66).
- Berger, H. e Spoerer, M. (2001). Economic Crisis and the European Revolutions of 1848. *The Journal of Economic History* 61 (2), 293-326.
- Bell, D. e Kristol, I. (1981). *The Crisis in Economic Theory*. New York: Basic Books.
- Blaug, M. (1991). Second Thoughts on the Keynesian Revolution. *History of Political Economy* 23 (2), 171-193.
- (1997). Ugly Currents in Modern Economics. *Policy Options*, September, 3-8.
- Boehm, S. et al. (2002). *Is there progress in economics?*, Cheltenham: Edward Elgar Publishing.
- Burda, M. e Wyplosz, C. (2009). *Macroeconomics: A European Text*. Oxford: Oxford University Press.
- Cardoso, J. L. (2009). *J. M. Keynes e a Grande Depressão da Década de 1930: Lições para o Tempo Presente*. Não publicado.

- (2010). A economia em tempo de crise: desafios a uma ciência com história. In: Castro Caldas, J. M., Neves, V. e Reis, J. (Eds.), *A Economia sem Muros*. Coimbra: CES.
- Coats, A. W. (1977). The Current Crisis in Economics in Historical Perspective. *Nebraska Journal of Economics and Business* 16 (3), 3-16.
- Coyle, C. (Ed.) (2012). *What's the Use of Economics?* London: London Publishing Group.
- Foley, D. (2003). Rationality and Ideology in Economics. *Social Research* 71 (2), 329-342.
- (2010). Mathematical Formalism and Political-Economic Content. Paper presented at the *Conference of the INET*, Cambridge, UK. Disponível em: <http://ineteconomics.org/paper/mathematical-formalism-and-political-economic-content>
- Fox, J. (2008). The Comeback Keynes. *Time* (27), 60.
- Freeman, C. e Louçã, F. (2004). *Ciclos e crises no capitalismo global: Das revoluções industriais à revolução da informação*. Porto: Edições Afrontamento.
- Galbraith, James K. (2013). The Third Crisis in Economics. *Journal of Economic Issues* 47 (2), 311-322.
- Gärtner, M. et al. (2011). *Teaching Macroeconomics after the Crisis: A Survey among Undergraduate Instructors in Europe and the U.S.*, Economics Working Paper Series (1120), University of St. Gallen, School of Economics and Political Science.
- Guerrien, B. e Jallais, S. (2009). Why Economics needs Pluralism. In: Reardon, J. (Ed.), *The Handbook of Pluralist Economics Education*, London: Routledge, pp. 32-42.
- Hausman, D. M. (1984). *The Philosophy of Economics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hodgson, G. (2009). The great crash of 2008 and the reform of economics. *Cambridge Journal of Economics* 33 (6), 1205–1221.
- Judt, T. (2012). *Um Tratado sobre os Nossos Actuais Descontentamentos*. Lisboa: Edições 70.
- Keynes, J. M. (2009). *A Grande Crise e Outros Textos*, Lisboa, Relógio d' Água
- (2010). *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. Lisboa: Relógio d' Água.

- King, J. (2013). A Case for Pluralism in Economics. *PSL Quarterly Review* 65 (261), 199-212.
- Kirman, A. (2010). The Economic Crisis is a Crisis for Economic Theory, *CESifo Economic Studies* 56 (4), 498–535.
- (2012). The Economy and Economic Theory in Crisis. In: Coyle, D. (Ed.), *What's the Use of Economics*, London: London Publishing Group, pp. 61-76.
- Koselleck, R. (2006). Crisis. *Journal of the History of Ideas* 67 (2), 357-400.
- Krugman, P. (2009). *How did Economists get it so wrong?* New York Times (September 2 2009).
- (2011). *Things that Never Happened in the History of Macroeconomics*. New York Times (September 5 2009).
- Lavoie, M. (2011). The Global Financial Crisis: Methodological Reflections from a Heterodox Perspective. *Studies in Political Economy* (88), 35-57.
- Lawson, T. (2009). The Current Economic Crisis: its nature and the course of academic economics. *Cambridge Journal of Economics* 33 (4), 759-777.
- (2012). Mathematical Modelling and Ideology in the Economics Academy: competing explanations of the failings of the modern discipline? *Economic Thought* 1 (1), 3-22.
- Leijonhufvud, A. (2009). Out of the Corridor: Keynes and the Crisis, *Cambridge Journal of Economics* 33 (4), 741-757.
- Lucas, Robert E. Jr. (2003). Macroeconomic Priorities, *American Economic Review*, 93(1): 1-14.
- Martin, F. (2012). Review: Economics After the Crisis - Objectives and Means. *New Statesman* (30 May 2012).
- (2013). How the New Economics Outgrew the Academies. *New Statesman* (5 September 2013).
- Myrdal, G. (1984). Implicit values in economics. In: Hausman, D. (Ed.), *The Philosophy of Economics: An Anthology*, Cambridge: Cambridge University Press, 250-259.

- Resnick, S. e Wolff, R. (2010). The Economic Crisis: A Marxian Interpretation. *Rethinking Marxism* 22 (2), 170-186.
- Robinson, J. (1962). Review of H. G. Johnson, *Money, Trade and Economic Growth* (1962). *Economic Journal* 72, 690-2.
- (1972). The Second Crisis of Economic Theory. *The American Economic Review* 62 (1/2), 1-10.
- Rosier, B. (2001). *As Teorias das Crises Económicas*. Lisboa: Bizâncio.
- Schumpeter, J. (1949). Science and Ideology. *The American Economic Review* 39 (2), 346-359.
- (1981). *History of Economic Analysis*. London: Routledge.
- (1982). The “Crisis” in Economics – Fifty Years Ago. *The American Economic Review* 20 (3), 1049-1059.
- Skidelsky, R. (2010). *Keynes – O Regresso do Mestre*. Lisboa: Texto Editora.
- (2013). *Comment on Martin Wolf's Wincott Lecture*. Disponível em: <http://www.skidelskyr.com/site/article/comment-on-the-wincott-lecture>
- Snowdon, B. e Vane, H. R. (2005). *Modern Macroeconomics*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing.
- Turner, A. (2012). *Economics after the crisis: objectives and means*. Cambridge: MIT Press.
- Ventelou, B. (2011). Les grands courants – Nouveaux keynésiens, nouveaux classiques: vers une nouvelle synthèse? *Cahiers Français* (363), 8-13.
- Vogl, J. (2012). Sovereignty Effects. INET Conference Berlin, April 12, Panel: Which Way Forward? Disponível em: <http://ineteconomics.org/sites/inet.civicaactions.net/files/Vogl%20Paper.pdf>
- Wray, R. (2011). Waiting for the next crash: the Minskyan lessons we failed to learn. *Real-world Economics Review* (58), 59-68.
- Wren-Lewis, S. (2012). *Teaching Macroeconomics after the crisis*. Disponível em: <http://mainlymacro.blogspot.pt>

9. ANEXOS

* Neste ponto, parece-nos importante referir o conceito de visão de Schumpeter (1981: 38-42). A visão é concebida por este autor como um acto cognitivo pré-analítico que precede, necessariamente, o trabalho científico. Parte-se de uma intuição das problemáticas assente num modo prévio de ver a realidade, intuição na qual se captam os fenómenos de interesse para estudo. É importante lembrar que para Schumpeter a visão é ideológica por natureza, e por isso, a ideologia está presente no ponto de partida de qualquer elaboração teórica. Contudo, Schumpeter crê que é possível separar os elementos puramente científicos da ideologia, isto é, a teoria científica é possível apesar da ideologia. O conceito de Schumpeter ajuda-nos a compreender, pois, o modo como, a partir de uma visão distinta, se podem originar teorias, doutrinas e políticas económicas diferentes.

† Para a análise das crises das ideias económicas considerámos também as teorias desenvolvidas, no âmbito da filosofia da ciência, por Imre Lakatos, Karl Popper e Thomas Kuhn [como referência para as teorias destes autores, baseámo-nos em Bastien (1989a: 142-168)]. Não sendo este o momento para uma discussão aprofundada das mesmas, importa ressaltar que nenhuma delas foi directamente aplicada ao campo da Economia, uma vez que nenhum destes autores tomou como referência a história da teoria económica, e os debates sobre qual a teoria metodológica que mais se adequa à ciência económica nunca suscitaram um acordo unânime. Embora não tenhamos ignorado completamente a teoria de Popper, pareceram-nos mais úteis e mais operativas a visão de Kuhn – em particular, o seu conceito de crise científica – e a teoria de Lakatos - em particular o conceito de programa de investigação científica.

De acordo com Kuhn, um período de ciência normal caracteriza-se por um período no qual um corpo teórico assume a hegemonia (paradigma dominante). Quando se acumulam anomalias ou problemas não resolvidos pelo paradigma dominante, pode surgir uma crise científica, cujo desfecho é incerto: o paradigma dominante pode recuperar ou, em alternativa, não consegue superar os problemas e sobrevive num ambiente de contestação, inaugurando-se um novo período de ciência normal e efectivando-se o que Kuhn apelidou de revolução científica. Contudo, a teoria de Kuhn comporta problemas na sua adaptação às crises da teoria económica, principalmente pelo facto de, na sua teoria, o paradigma dominante se impor claramente nos períodos de ciência normal, não existindo lugar para a concorrência entre todos os paradigmas. É precisamente devido a esta problemática que considerámos a teoria de Lakatos, que considera o campo científico composto por programas de investigação científico em concorrência entre si.

Por tudo isto, pareceu-nos apropriado inspirarmo-nos parcialmente nos métodos de análise kuhniano e lakatosiano, não adoptando integralmente os seus métodos analíticos.

‡ Este aspecto é realçado segundo o já referido ponto de vista de Schumpeter: qualquer investigação científica em Economia contém uma dimensão ideológica. A visão que se tem da economia e das pessoas está, expressa ou implicitamente, contida na sua representação teórica. Por isso, não se trata de determinar a possibilidade de existirem métodos científicos não ideológicos, nem, igualmente, sobre a escolha de uma ideologia supostamente superior às restantes. Simplesmente, no exemplo concreto da crise económica, trata-se de averiguar se uma outra visão da economia teria, porventura, originado teorias que considerassem a possibilidade da sua emergência e, eventualmente, tivessem ajudado a evitá-la. Portanto, o alerta para a questão da ideologia é feito de acordo com a perspectiva de que o seu conhecimento prévio (no trabalho científico) poderá ajudar na produção de teorias mais sólidas relativamente ao real.